

.....

**EXPERIÊNCIAS DE COMUNIDADE EM  
UM TERRITÓRIO NEGRO**

**Uma análise a partir do caso de Retiro,  
Santa Leopoldina/ES**

Oswaldo Martins de Oliveira\*

**RESUMO**

O presente artigo é uma análise das experiências e noções de comunidade segundo o ponto de vista dos integrantes de um agrupamento que se define como uma comunidade composta de *parentes* pertencentes a uma mesma família, *herdeiros* e negros. Por isso, Retiro se define e é reconhecido pelo poder público como uma comunidade remanescente dos quilombos. Neste sentido, o artigo trabalhará com alguns conceitos, entre eles, território negro, quilombo e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVES:**

Comunidade, território negro, quilombos, parentes e herdeiros.

\* Oswaldo Martins de Oliveira é Doutor em Antropologia Social e professor da Faculdade Unida de Vitória.

Retiro é um território em que seus moradores autodefinem-se, a partir das diferenças étnicas, como formadores de uma comunidade de quilombo, oficialmente reconhecida como tal pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Ao mesmo tempo, esses moradores denominam-se coletivamente, em termos da herança da terra, como *Os Benvindos e herdeiros* de um descendente de *africano angola* escravizado no vale do rio Santa Maria da Vitória chamado Benvindo Pereira dos Anjos. Em 1991, com o objetivo de manter a indivisibilidade do território, *Os Benvindos* criaram a *Associação dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos*. Por isso, a palavra *herdeiro* será usada aqui seguida de uma letra (maiúscula) para identificar os moradores que concederam entrevistas. Essas entrevistas foram realizadas no ano de 2003, quando em Retiro realizei a segunda fase do trabalho de campo etnográfico para a elaboração da tese de doutorado, defendida em agosto de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina. A primeira fase do trabalho foi realizada na mesma comunidade entre dezembro de 1996 e julho 1998 para a elaboração de dissertação de mestrado em antropologia, que defendi no PPGAS da Universidade Federal Fluminense em 1999.

Diferentemente das teorias antropológicas, históricas e jurídicas, de cunho funcionalista e positivista, que empregaram o conceito de comunidade dos quilombos como um grupo social homogêneo, coeso, fechado, isolado e destituído de elementos conflitivos, portanto, distante do contexto e da realidade social, neste artigo interpreto o mesmo conceito tendo como referência a abordagem antropológica da interação social e as noções e os modos de vida dos próprios integrantes de um agrupamento social, etnicamente diferenciado, que se definem como formadores de uma comunidade de quilombo. Nesta perspectiva, o significado de comunidade se refere a experiências de vida comunitária recheadas de conflitos, contradições e de lutas por um projeto político de construção da unidade do território negro local.

O conceito de território negro se refere a um espaço demarcado por limites, reconhecido pela coletividade que a ele pertence e que o conforma. Ele é construído em um contexto social, tendo como referência uma situação

de igualdade na alteridade. Trata-se de “...uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal, pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece. Como uma das peças do jogo de alteridade, é também e, principalmente, contextual. No caso dos grupos étnicos, a noção de território parece ser tão ambígua como a própria condição dos grupos e talvez seja justamente o que acentua o seu valor defensivo” (LEITE, 1991: 40).

Por ser o espaço apropriado culturalmente que, segundo Leite (1990), inscreve limites de tudo o que representa e expressa noções de pertencimento, o território negro é a instância que sinaliza a identidade cultural de descendentes de africanos em diferentes regiões do Brasil e o que torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo, indicando a unidade na diversidade.

O território negro pode ser pensado como espaço de expressão e extensão do grupo, tomado como suporte básico pelos atores sociais para a consolidação da coletividade. No caso de Retiro, o território é composto por terras legalmente adquiridas e por terras devolutas. Esse território serve para habitar, produzir e viabilizar a permanência dos descendentes de africanos na terra, sobretudo devido ao fato de esses atores compartilharem uma história e uma tradição comum. A produção e a subsistência ocorrem através de estratégias coletivas, onde se constroem cotidianamente os códigos específicos de sociabilidade, como as formas de cooperação, solidariedade e reciprocidade baseados no parentesco.

O presente artigo enfatiza as dimensões relacionais, políticas e simbólicas que envolvem a construção e definição de território. Embora seja tramado sobre um suporte material, o território é também um fenômeno imaterial, sendo “construído pelas *relações* entre agentes, agências, expectativas, memória e natureza. Todo elemento, físico ou histórico, que entra na sua composição passa pelo crivo de um processo de simbolização que os *desmaterializa*, ao mesmo tempo que, por outro lado, a entrada de novos elementos provoca rearranjos no conjunto” (ARRUTI, 2002: 391-392).

O território negro de Retiro é um elemento fundamental à formação da identidade coletiva, ao autoconhecimento e ao reconhecimento pelos “outros”, sendo, assim, um espaço configurado pelo grupo que nele reside.

Em sua pesquisa, Ratts (2000) observou que os agrupamentos que estudou construíram, ocuparam e viveram em mais de um lugar. Por isso, o território foi definido “como um repertório de lugares”. A partir do acompanhamento das relações locais entre integrantes dos agrupamentos pesquisados e os espaços habitados, apropriados, vividos, sentidos e lembrados por eles, Ratts escreveu que “esses pontos interligam num território étnico formando um conjunto que se diferencia no contexto regional e nacional e que inclui lugares ocupados no passado e que, atualmente, não o são mais”. O autor observou que “o parentesco qualifica o espaço, fazendo dele lugar e território” (RATTS, 2000: 114-115).

Antes de entrar na análise etnográfica do conceito de comunidade, cabe ainda uma breve consideração sobre o termo quilombo. “*Kilombo*”, segundo Lopes (2004: 550), vem do “*Quimbundo*”, língua que era falada em regiões da África pré-colonial onde atualmente é Kongo e Angola. Os significados de “*kilombo*” faziam referências às diversas formas de organização dos africanos, entre elas as sociais, políticas, econômicas e militares. No Brasil escravocrata, até quase o final do século XIX, o termo quilombo era atribuído aos africanos e seus descendentes que aqui foram escravizados e que resistiam à escravização por meio da formação de agrupamentos e organizações sociais, políticas e econômicas autônomas que escapavam aos domínios dos senhores. A esses agrupamentos e organizações os senhores e o poder público imputavam uma identidade em que o significado era considerado negativo, pois os quilombolas eram classificados como criminosos e eram vistos como uma ameaça a segurança dos senhores e ao seu sistema produtivo.

No Brasil, os quilombos têm constituído organizações políticas negras a partir da resistência e de alianças entre os diversos povos trazidos da África, seus descendentes e com segmentos marginalizados, entre os quais índios e alguns brancos. Os quilombos se formaram sobre terras devolutas do Estado, naquelas adquiridas por ex-escravos pela compra, em glebas doadas pelo Estado aos ex-combatentes negros da Guerra do Paraguai

(1864-1870), em terras doadas por ex-senhores e em fazendas abandonadas por senhores. O quilombo atravessou o século XX, tendo passado por transformações em seu significado, pois foi reapropriado pelas organizações de movimento negro e quilombolas como categoria política de autodefinição para reivindicar direitos étnicos à participação política, à educação, à saúde e, sobretudo, à terra.

Atualmente, as comunidades dos quilombos vêm marcando suas diferenças por meio de formas específicas de organização. Essas especificidades devem ser explicadas nas relações sociais (conflituosas ou amistosas), pois as pesquisas antropológicas, históricas e geo-ambientais realizadas junto a tais comunidades demonstram que a memória social local remonta aos conflitos advindos das investidas expropriadoras de suas terras, aos incêndios de suas casas, perseguições do braço armado do Estado e do capital privado e aos envenenamentos de águas e pessoas.

O quilombo como direito étnico à terra está prescrito na legislação em vigor a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconhece a propriedade definitiva das terras das comunidades dos quilombos e estabelece que o Estado deve emitir-lhes os seus respectivos títulos. Como direito a manutenção do patrimônio cultural, o quilombo está prescrito na mesma Constituição no artigo 216. O direito a permanência, ao retorno e a regularização de seus territórios, as comunidades dos quilombos ainda estão asseguradas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, e pelo Decreto 4887/2003.

Em termos políticos, as comunidades dos quilombos têm se organizado em associações para garantir a indivizibilidade e a inalienabilidade de seus territórios. A luta dessas comunidades pelo seu direito à terra não se faz apenas no plano da organização local, pois envolve relações políticas em nível regional e nacional com organizações de diferentes movimentos sociais e com os órgãos do poder público federal competentes para os processos de reconhecimento e titulação de suas terras.

A luta das comunidades dos quilombos no Brasil é, antes de tudo pelo direito a titulação definitiva de suas terras expropriadas por fazendeiros e pelos grandes empreendimentos do capital nacional e internacional no

meio rural, mas também é por políticas públicas que lhes assegure a sua autonomia e sustentabilidade econômica. Deste modo, as comunidades dos quilombos persistem e resistem em um contexto político relacional e implica no direito constitucional a (re)apropriação de suas diferenças culturais, sociais, históricas e territoriais.

No passado e no presente, as comunidades dos quilombos sempre foram tipos específicos de agrupamentos, comunidades e territórios negros que, desde então, vêm autodefinindo-se como tal e vivendo experiências comunitárias peculiares. Da mesma forma, antes de interpretar as concepções locais de comunidade, cabe uma observação minuciosa de que, dentro da concepção e experiência de comunidade há uma particularidade que é a de comunidade negra. Como observou Bandeira (1988) em seu estudo em Vila Bela dos Pretos, para pensar a constituição de uma comunidade negra, a família é um elemento fundamental.

“A família, como elemento básico de formação da comunidade, era uma instituição consistente na vida social dos pretos. (...) A organização da família e os valores familiares coerentes fortaleciam a identidade étnica comunitária entre os escravos e pretos livres em Vila Bela dos Brancos. Essa organização e a territorialidade forneceram bases (...) à constituição de Vila Bela dos Pretos como comunidade etnicamente diferenciada. (...) A importância de seu papel na formação da comunidade é ainda hoje percebida pelos seus membros. A comunidade se identifica como formada de parentes. Os informantes reiteradamente representam o parentesco como elemento definidor da comunidade, e a família como instituição reguladora da vida social dessa comunidade. (...) os pretos estruturam e organizam sua comunidade, tendo como suporte institucional a família e como foco de produção simbólica as relações de parentesco” (BANDEIRA, 1988: 139-140).

Ao analisar o conceito de comunidade como resultado da construção de um entendimento política frente às forças desagregadoras e aos conflitos, cabe observar que a comunidade do entendimento comum não é eterna, assim como aquela que ofereça segurança por longos prazos não existe. A comunidade que existe é dominada pela fragilidade e vulnerabilidade, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. A comunidade

“realmente existente” se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna. Ela exigirá vigilância e luta permanente, pois é somente pelo espírito aguerrido que se pode manter “o sentimento de estar em uma comunidade, de ser uma comunidade” e impedi-la de desaparecer (BAUMAN, 2003: 19 e 22).

Assim, o mesmo autor emprega o conceito que é de fundamental importância para essa análise, que é o de “comunidade ética”. Essa comunidade, segundo ele, “teria que ser tecida de compromisso de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda, institucionalmente garantida), pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro. E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do ‘comportamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual” (BAUMAN, 2003: 68).

Depois dessas considerações, o que seria comunidade na perspectiva dos moradores de Retiro? É o que vamos apresentar a seguir.

No meu ponto de vista, comunidade é a união de pessoas que lutam pra organizar um trabalho. A comunidade, seja dentro da religião e fora, também é trabalhar em conjunto, unidos num só objetivo. Pode ser em alguma ajuda de mutirão, onde todo mundo colabora em trabalho ou ajuda com material para uma festa. Todo mundo contribui e participa. Isso quer dizer comunidade, né? (herdeira L).

Comunidade é um grupo de pessoas que esteja lutando por algo em comum. Comunidade, principalmente pra nós aqui, é família. É família, com certeza! (herdeira Y).

Ao falarem de si enquanto *comunidade*, os moradores de Retiro vivem um duplo dilema: o da *união* e o da *falta de união*. Falam do *tempo* da geração dos seus pais e avós, idealizado como *um tempo em que existia união*, confrontado com o *tempo presente*, isto é, o tempo em que os fatos

estão sendo relatados, caracterizado por *um problema* que consideram ser um dos maiores para o grupo: *a falta de união entre os herdeiros*.

De primeiro, a gente ia fazer um roçado, ajuntava o pessoal todo. Ia pro roçado fazer, que naquela época tinha muita terra boa aqui. Uns faziam roçado pra um, em mutirão, já outros roçavam pra outro, em mutirão. Era assim, só se trabalhava assim. Iam, faziam uma casa, terminava aquela, faziam pra outros. Só trabalhavam assim. Hoje em Retiro, um vai pra um lado e o outro pro outro (herdeiro S).

As relações entre os antepassados, como aqueles que, de fato, viviam em comunidade, são idealizadas como marcadas pela união. Qualquer comportamento que não se enquadre nessa união idealizada no presente é entendida como um problema, a desunião, que não existia no tempo de seus pais e avós.

Quando eu falo que a gente tem uma grande família na nossa comunidade negra, temos sim. Mas já não tem mais união como no tempo do meu pai, no tempo dos nossos antepassados. Antepassados eu que digo, são os nossos pais, porque eles tinham mais união. Trabalhavam juntos, eles comemoravam juntos, eles choravam juntos e tudo deles era junto e com muita união mesmo. Já hoje, não (herdeira X).

É comunidade porque é uma descendência que é de famílias, né? Que é tudo da mesma família, tudo parente. É um lugarzinho que só tem a união daquele povo dali, né? Que convive junto, que se agruparam na mesma terra e vive junto. Agora, já entendo assim, né? Eu entendo que comunidade é um grupo de famílias que vive num mesmo lugar, como a gente vive aqui dentro, num determinado regime. É uma só família que já vem de muito tempo (herdeiro D).

Pra começar, todo mundo é parente. Não tem ninguém diferente, todo mundo se conhece, todo mundo é parente um do outro. Eu acho que isso facilitou mais pra ser uma comunidade. Com isso, se torna até uma comunidade de parente. Porque aqui não tem ninguém estranho.



Eu acho que começa por aí. O fato da gente ser tudo uma família só, se tornou uma comunidade. Tanto que é herdeiro que aqui é uma *associação de herdeiros, porque herdeiros, todo mundo é parente* (herdeira W).

A partir da interpretação dos fragmentos dos relatos proferidos por eles é possível entender que a idéia deles de *comunidade* está associada, além daquela da *união*, também à de *família*. Esta, segundo eles, existia entre os seus antepassados desde o tempo da escravidão. *Comunidade* significa, também, convivência entre famílias em um mesmo lugar e, acima de tudo, pessoas que tomam decisões e agem em conjunto.

No caso analisado, a noção de *comunidade* como sinônimo de *união* de parentes está fortemente inspirada na imaginação religiosa de comunidade cristã. Embora cerca de 97% dos moradores se declarem católicos e outros 3% afirmem serem seguidores de duas outras igrejas ou denominações religiosas cristãs, todos afirmam que fazem parte de *uma mesma comunidade* que se inspira no texto bíblico. Neste caso, nem sempre o que é considerado parente é um consanguíneo, mas se se sentirem *unidos* como se fossem parentes ou irmãos, então, podem se considerar como uma *comunidade*. Portanto, trata-se aqui de uma ficção do parentesco, ou de uma comunidade imaginada no discurso e na imaginação religiosa. Os presidentes dos encontros dessas comunidades religiosas cristãs se referem aos seus integrantes como *irmãos* que fazem parte de *uma grande família* ou *uma comunidade dos eleitos por Deus* tratando-se de uma espécie de parentesco espiritual.

Em Retiro, ao participar de conversas informais de grupos de amigos (as), é bastante freqüente que os temas desses diálogos sejam sobre *futebol*, *religião* ou *política* que, muitas vezes, se entrelaçam. Depois de debaterem por algum tempo sobre esses temas e, se não chegarem a um acordo sobre seus pontos de vista, a conversa se encerra com a seguinte frase: *Bem se diz que religião, futebol e política não se discutem*.

As conversas sobre *religião*, tanto informais quanto em entrevistas, se referem àquelas pessoas que, na primeira fase da pesquisa, se definiam como *católicas* e que, recentemente, no ano de 2002, decidiram freqüentar

outras igrejas cristãs com pessoas que vivem em outras localidades no município. Visto que no plano ideal local a *comunidade* é imaginada como um grupo *unido*, no sentido da coesão, também em termos religiosos alguns moradores afirmam que as decisões de freqüentar outras igrejas cristãs são efeitos da *falta de união* e que dificultam ainda mais a re-construção da *unidade do tempo dos antepassados*. Por outro lado, as lideranças locais entendem que o fato de alguns moradores terem mudado de denominação religiosa não altera as lutas e projetos para construir juntos a “comunidade política” do futuro.

A noção de “comunidade política” para explicar a formação de uma nação já havia sido empregada por Weber (1920). Entretanto, a essa mesma noção Anderson (1989) acrescentou a idéia da “imaginação”, entendendo-a como “comunidade política imaginada”<sup>1</sup> associada a “parentesco” e “religião”. Essa associação é bastante pertinente para explicar a noção de comunidade de *Os Benvindos*, para quem seus laços de parentesco e a religião são freqüentemente empregados como elementos da constituição da comunidade.

Anderson (1989) escreve que existem fortes afinidades entre as imaginações das comunidades políticas e religiosas, pois ambas se preocupam com questões relacionadas à imortalidade, enquanto raízes culturais. Neste caso, pode se pensar na preocupação com a imortalidade dos líderes e heróis que possibilitam criar o sentimento de unidade política. Para o caso em análise, a proposição do mesmo autor de colocar a “comunidade política imaginada” lado a lado com a “comunidade religiosa” enquanto “sistema cultural” parece relevante para entendê-la. As grandes comunidades imaginadas religiosamente, entre elas o islamismo, o budismo e o cristianismo são apresentadas como tendo esse poder de coesão por meio da imaginação. Neste caso, *Os Benvindos* se imaginam, também, como

---

<sup>1</sup> Segundo Anderson (1989), a comunidade política é “imaginada” porque seus membros jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, “embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. As comunidades políticas, todas elas, devem ser distinguidas pelo estilo em que são imaginadas. A comunidade política é imaginada como “limitada” pelas fronteiras finitas e como “soberana”, ocupando um território específico.

parte da grande comunidade cristã, cuja inspiração fundadora seria a experiência de comunidade dos primeiros cristãos imaginada a partir da literatura bíblica descrita no livro dos “Atos dos Apóstolos”.

Essa comunidade do Retiro é assim: pra mim, não tem união. União tinha no tempo dos nossos pais e dos nossos tios. Eu era criança e me lembro que eram unidos, mesmo. Eles faziam tudo juntos, eles eram tipo Atos dos Apóstolos. Eu estou sempre citando um fato que se cumpriu que eu estou sempre citando os meus antepassados. Os meus avós, minhas tias, meus tios e meus pais como verdadeiros seguidores dos Atos dos Apóstolos. Porque eles dividiam tudo o que eles tinham. Tudo, Osvaldo. Era uma coisa incrível. Eu volto ao meu passado, hoje estou com quarenta e seis anos, mas quando eu leio os Atos dos Apóstolos, aí eu revivo lá atrás quando eu era criança, o que eles faziam. Faziam uma roça de mandioca juntos, eles colhiam juntos, vendiam juntos e dividiam e ali era tudo, era comida, era tudo (herdeira X).

O significado de *comunidade* associado à noção de *união* é apresentado pelos entrevistados como uma experiência aprendida do passado, seja das “primeiras comunidades cristãs” (por meio do texto bíblico) ou da *comunidade* de seus próprios ancestrais, esta última imaginada como uma experiência inspirada na primeira. É por essa *união* imaginada do passado que *Os Bem-vindos* travam uma luta permanente para reconstruí-la no presente e pela qual não têm estado dispostos a depor suas armas. Entretanto, como atores da atualidade, as experiências comunitárias que são possíveis reerguer todos os dias são aquelas vividas no presente, configuradas pelas relações sociais, políticas e culturais do cotidiano. O significado de *comunidade* relacionado à noção de *união* é uma associação freqüente nos discursos dos moradores acerca de *religião*, *futebol* e *política*. No que diz respeito ao *futebol*, geralmente se conversa sobre os clubes que se destacam no campeonato brasileiro, para os quais os moradores são torcedores. Entretanto, os diálogos mais freqüentes são sobre o *futebol* que é praticado no local, entendido como *lazer*, *esporte* e *arte*, onde os moradores são os atletas e atores que, por sua vez, estão

envolvidos em desentendimentos entre atletas e desses com diretores e técnicos da equipe local, bem como desentendimentos e desejos de *união* entre a equipe de futebol e a *comunidade* religiosa católica local.

As relações de poder e de divergências internas interpretadas a partir das relações entre a diretoria da equipe do *Retiro Futebol Clube*, a coordenação da *comunidade* religiosa católica e a diretoria da *Associação dos Herdeiros* são evidenciadas pelos discursos de seus integrantes a respeito dessas relações. Essas diretorias e coordenação constituem campos políticos onde as pessoas desempenham suas lideranças e a partir deles exercem relações de poder. Essas relações atravessam a convivência comunitária, produzindo saberes e discursos e, ao mesmo tempo, essas relações são produzidas e legitimadas por meio do saber e do discurso. Neste sentido, através do poder de convencimento e da argumentação, alguns líderes desejam controlar ou tomar o campo controlado por outros.

Em Retiro, o futebol começou a ser praticado como esporte e lazer em um espaço específico denominado *campo*, segundo seus diretores, em 1960. Desde então, o espaço e a equipe de futebol têm sido, basicamente, dirigidos direta e indiretamente pelos integrantes de uma mesma família extensa. Os integrantes dessa família estiveram, também, na diretoria da Associação dos Herdeiros por mais de uma vez.

Uma das lideranças da comunidade, que aqui chamarei de líder 2 tem, desde 1962, uma pequena casa de comércio (bar) às margens do *campo* e parte do seu lucro é investido na equipe de futebol. Dizem que, antigamente, os atletas da equipe, por não disporem de recursos para adquirirem chuteiras, jogavam descalços. Então, o mencionado líder, que era o organizador da equipe, aos poucos foi adquirindo chuteiras para diversos atletas que não tinham como adquiri-las. O poder aquisitivo e o conseqüente prestígio político do líder 2, ao que parece, se formou a partir do seu bar e de sua relação com a equipe de futebol.<sup>2</sup> Tanto no caso analisado por Soares (1981) quanto em Retiro, a cadeia do endividamento em espécie e em favores cria dependência e subordinação dos demais membros do grupo ao dono do comércio que, por sua vez, se transforma em poder político em favor deste, que também é um membro do grupo subordinado aos princípios da indivizibilidade da terra. Nesta relação, aqueles que se subordinaram

econômica e simbolicamente ao dono do comércio devem produzir bens materiais para saldar suas dívidas e, ainda assim, permanecem na dependência econômica por meio de novas dívidas contraídas e através de favores e agrados que obtiveram do dono de comércio (como as chuteiras, por exemplo) que, no caso de Retiro, também é o proprietário do único veículo automotor ali existente, que serve aos moradores em momentos de necessidade. Assim, este tipo de líder pode transformar os membros do grupo em sua clientela comercial e política, embora mantenha com eles “a aura de afeto e respeitabilidade, energia e generosidade, correspondente a relações de dominação pessoalizadas” (SOARES, idem: 69).

Na história recente do futebol em Retiro, os familiares do referido comerciante, entre eles dois dos seus filhos e dois dos seus primos, continuam assumindo a direção da equipe de futebol. Da mesma forma, continua a relação de manutenção entre bar e equipe de futebol.

Hoje, nós podemos dizer que a nossa família, os Sacramentos, nunca saiu da linha de frente do futebol. Então, além do mais, é graças ao nosso boteco (bar) que a gente incentiva, a gente tira dinheiro dele pra poder botar no time e pro time não acabar. Então, toda a vida foi sempre a família Sacramento... que quando começou, o meu pai começou com um botequinho antes, era um cercadinho de madeira, onde ele fazia roleta, vendia bebida em baixo de caixa com gelo e pó de serra. Conseguimos construir esse boteco, que é uma coisa mais chique. Daqui é que sai um bocado do recurso pra gente manter o time (Filho do dono do bar).

A equipe de futebol se divide no que os componentes da direção denominam em *três quadros: aspirante, titular e galo velho*. No *aspirante* atuam aqueles jovens atletas que ainda não obtiveram habilidade suficiente para serem promovidos ao *quadro* considerado mais elevado na hierarquia do futebol local, o *titular*, que é onde competem aqueles atletas de

---

<sup>2</sup> Uma análise de liderança e poder em agrupamento negro do meio rural, em que a raiz do controle sobre os subordinados se encontra nas relações de comércio, pode ser encontrada em Soares (1981).

maior habilidade que são denominados *craques*. No *galo velho* atuam aqueles atletas de maior idade que não mais têm habilidade física para competir com os jovens. Existe, também, o *quadro* ou *time* feminino que, apesar de ser composto por mulheres atletas, é administrado por homens. A diretoria geral da equipe é composta por um presidente, um tesoureiro e três técnicos, sendo um para cada *quadro*.

Há uma estreita relação de reciprocidade e de existência entre o bar e a equipe de futebol. Os eventos ocorridos com as partidas de futebol atraem inúmeros visitantes e moradores para as margens do *campo* que, por sua vez, se tornam potenciais clientes do bar. Em contrapartida, quando a diretoria do futebol está sem capital em caixa, o bar é o patrocinador da equipe, principalmente no que se refere à pagar o cachê da equipe visitante. O técnico é aquele a quem é conferida a autoridade para comandar a equipe em *campo*. Entretanto, quando os atletas colocam as amizades ou as desavenças que têm fora do *campo* acima do espírito de equipe e da autoridade do técnico, o desempenho da equipe contra os adversários pode ser altamente prejudicado. Trata-se do que é definido pelos integrantes da diretoria por *panelinha*, ou seja, aqueles atletas que só aceitam competir se o seu amigo atleta também for escalado. Existem, também, os casos de inimizades, que são prejudiciais, dos atletas que afirmam: *se fulano jogar eu não jogo*. Segundo o técnico da equipe *titular*, *aqueles jogadores que têm o futebol mais famoso querem mandar dentro do campo*.

O maior campo de disputa e desentendimento - advindo, segundo os moradores, da *falta de união* - está na relação entre diretores da equipe de futebol e de coordenadores da comunidade religiosa católica local. Para os líderes da igreja, a *união* seria os integrantes da equipe de futebol participarem das celebrações de missas e cultos católicos, assim como eles prestigiam e participam das partidas de futebol. Afirmam que as competições da equipe local contra equipes visitantes realizadas nos horários dos cultos evidenciam desentendimentos, *divisão* e *falta de união*.

O elo de superação das rivalidades e dos desentendimentos entre a coordenação da *comunidade* religiosa e a diretoria da equipe de futebol seria, segundo os moradores, a *união*, para que, juntos, conduzam seus projetos de construção do templo e de um novo campo de futebol. Por

outro lado, como em Retiro não existe templo e a *comunidade* religiosa católica se reúne no prédio do Centro Comunitário, vários integrantes do grupo acreditam que a construção do templo possibilitará a retomada da *união* do passado e, talvez possa ser acrescentado, acreditam que poderão retomar a comum-*união* e a comum-unidade que, segundo suas imaginações, tenham sido vividas pelos seus ancestrais. Entretanto, essa é uma imaginação do presente sobre o passado projetada para o futuro. Trata-se de um projeto de construção da “comunidade política imaginada” como um campo de entendimento.

A maior parte dos entrevistados afirma que *na comunidade todos são descendentes da mesma família* e a competição política entre as lideranças tem impedido a *união* entre futebol e *comunidade católica* e desvia as lideranças do real propósito de re-construir as experiências comunitárias. Embora as lideranças estejam relacionadas entre si pelos laços de parentesco e ascendência comum, a competição entre elas pelos diversos campos de poder local é uma realidade em Retiro, mesmo que os *herdeiros* de modo geral não comunguem com as idéias e as práticas da competição entre esses parentes.

O campo das relações políticas, ao ser analisado a partir de Retiro, pode ser considerado como o espaço do debate, das divergências ideológicas e partidárias, das alianças, competitividade, mas, também, do desejo da conciliação dos interesses da comunidade. Entretanto, o campo da política é, sobretudo, um espaço de lutas pelo direito ao reconhecimento étnico e à titulação definitiva de suas terras.

Na definição de território negro, a partir de Retiro, focalizo as dimensões da apropriação e ordenamento simbólico do território e a construção política de suas fronteiras. A situação contextual e relacional do caso em análise permite-me afirmar que há uma construção social e política das diferenças culturais do território negro. Essa construção se faz na relação de alteridade, cujos principais atores são os próprios integrantes do grupo, onde se estabelece uma fronteira a partir de enfrentamentos em situações de racismo e de conflitos advindos de expropriações de parte de suas terras por grandes proprietários. Deste modo, quando os negros do meio rural se definem como tal e realizam seus rituais e demais atividades culturais,

afirmando que elas são parte da cultura negra, como se verifica em Retiro, entendo que estejam construindo, contemporaneamente, princípios, diacríticos e símbolos culturais que são significativos para a construção de suas diferenças em relação à identidade nacional. Assim, o território negro é uma construção social, cultural e política da realidade, pois o “nós”, os principais atores desta construção, estão em relação aos “outros”, e nessa relação, valorizam as diferenças de seus códigos morais, valores culturais, regras de residência, princípios e crenças acerca da formação do grupo. Acrescento ainda que não são apenas os laços econômicos com a terra que garantem a construção do território, mas também os laços afetivos socialmente significativos, a partir dos quais os membros do grupo constroem princípios morais que norteiam suas ações e re-significam a terra deixada como herança pelos ancestrais.